

INTRODUÇÃO

A vocação do diálogo

Celso Lafer

América Latina e Europa têm a vocação do diálogo. A história e os valores compartilhados facilitam a comunicação e asseguram o entendimento. Surpreende, em contraste, a relativa timidez no nível mais concreto dos projectos de cooperação. O grande desafio de uma América Latina e de uma Europa cada vez mais convergentes nos campos da democracia, dos direitos humanos, da justiça social será o de encontrar como exprimir de forma mais efectiva e mutuamente vantajosa este processo natural de aproximação. Para isso será necessário o claro exercício da imaginação criadora e da vontade política.

Neste mundo em transformação em que jogam simultaneamente forças centrífugas e forças centrípetas, aspectos há de convergência, de confluência entre a América Latina e a Europa (em particular o seu extremo ocidental), que merecem ser mencionados: o retorno comum, em momentos próximos, à plenitude democrática; a construção paciente de uma escala indispensável para a viabilidade económica, através de mecanismos de integração; a busca de objectivos políticos – como reforço do poder de negociação e, no limite, talvez reforço da própria segurança regional; e a definição e a defesa de uma determinada identidade cultural – aqui europeia, e, como desdobramento dela, latina no nosso caso – num mundo que obedece a um tempo a forças de homogeneização e de diferenciação.

O que a superação da guerra fria e o surgimento ainda nebuloso de novas formas de organização da vida internacional trouxeram para a relação euro-latino-americana?

Em primeiro lugar, a multipolarização económica que progressivamente ocupa o lugar da bipolaridade estratégica só pode ser positiva para o relacionamento entre a América Latina e a Europa. E deve, em princípio, facilitar a intensificação do intercâmbio entre todas as regiões e tornar disponíveis novos recursos financeiros.

Em segundo lugar, é evidente que a expectativa de que o desmantelamento das pesadas estruturas militares dos dois blocos que se defrontavam no continente europeu liberasse recursos financeiros e políticos para investimento em outras regiões do mundo em grande parte se viu frustrada.

Em terceiro lugar, paira a ameaça do fechamento ensimesmado dos mega-blocos. Destes, talvez o que parece apresentar maior propensão para o enclausuramento (e aqui registo sobretudo uma preocupação) seja a Europa, pelas óbvias razões geopolíticas, históricas e culturais, e também por

suas reconhecidas vulnerabilidades no campo científico-tecnológico, quando comparado aos competidores da bacia do Pacífico.

Esta perspectiva preocupa a América Latina, que com razão teme maior isolamento, por motivo da erosão de suas vantagens comparativas trazida pelo impacto determinante da evolução tecnológica como um dos factores críticos da competitividade internacional.

Para tomarmos o exemplo do Brasil, caberia lembrar que a Europa – se ficarmos no plano dos números – é mais importante para o Brasil do que o Brasil para a Europa. Em 1990, o Brasil exportou 9,8 bilhões de dólares da Comunidade Europeia e importou 4,2 bilhões, dados que representam 31,4 por cento das exportações totais e 20,5 por cento das importações do país. Hoje, a CE é o principal mercado exportador do Brasil e o seu segundo supridor de importações. No âmbito dos investimentos, mantém-se a importância da Comunidade como parceiro privilegiado do Brasil. Em 1990, 40 por cento do total de investimentos e reinvestimentos realizados no Brasil foram de origem comunitária. A importância desses números é evidente. Seu sentido é um convite a que aprofundemos nossa parceria. No campo do comércio e dos investimentos, portanto, é muito o que temos a desenvolver – mesmo porque os novos fenómenos de integração não separam o comércio do investimento – para promover a confluência e a convergência.

No momento em que começam a colher-se os frutos das reformas liberalizantes adoptadas no Brasil, com a abertura dos mercados e a modernização da economia, seria particularmente oportuno aprofundarmos os vínculos comerciais e financeiros que sempre nos uniram.

O mesmo pode ser dito, genericamente, de toda a América Latina, hoje majoritariamente engajada em um processo penoso e corajoso de reajuste económico. Não é preciso recordar o quanto depende a estabilidade democrática dos regimes da região do êxito deste amplo movimento de reformas, o qual por sua vez necessita de parcerias para ser levado a cabo a contento.

Finalmente, embora se possa definir, como tenho feito em diversos textos, política externa como compatibilização de necessidades internas com possibilidades externas, o relacionamento internacional não se esgota nesta equação essencial. Não se faz política externa apenas com os impulsos do interesse, que definem as interações económicas, ou apenas com as motivações do poder, típicas das relações de força e dos cálculos estratégicos. Actua no plano internacional o campo dos valores e dos ideais – aquelas afinidades que traduzem uma visão comum do Mundo e do Homem.

Neste terreno, a América Latina como um todo – já chamada, por Alain Rouquié, pela engenhosa alcunha de «extremo ocidente»–, o Brasil, apresentam óbvia predestinação a um relacionamento íntimo com seu ex-continente metropolitano em sentido largo. Este tema foi aliás retomado nas conclusões do II Fórum: as relações da Europa comunitária com a América Latina, com o Mercosul em particular, não são relações norte-sul, mas relações que se colocam neste campo das afinidades entre o ocidente e o seu «extremo ocidente».

Através da importância cada vez maior da informação e das comunicações na economia e na vida internacional, os vínculos de língua e de cultura adquirem um papel estruturador. Neste campo, as relações entre a América Latina e a Europa terão um papel de alta relevância a desempenhar.